

O futuro dos Arquivos em Portugal: Questões estratégicas para o desenvolvimento da Rede Nacional de Arquivos

No final da década de 80 e início da de 90, o país foi marcado por um invulgar dinamismo em matéria de política arquivística.

Aos profissionais foi solicitado um esforço suplementar no sentido de ultrapassar condições particularmente difíceis por falta de recursos, meios materiais etc.

A todas as adversidades responderam os arquivistas com elevado sentido de responsabilidade e profissionalismo, reconhecido a nível nacional e internacional.

A Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas desempenhou um papel de grande relevância na dinamização deste sector, através de várias realizações, nomeadamente Congressos, Encontros, Seminários, Conferências, formação inicial com os Cursos de Técnicos Adjuntos, etc.

Estes últimos três anos, e em consequência do autêntico desastre que representou a reestruturação da anterior Secretaria de Estado da Cultura, em Agosto de 1992, têm sido marcados pela estagnação generalizada, quando não regressão em alguns sectores. A ausência de acompanhamento, ao nível de direcção, por profissionais capazes de intervir eficazmente na planificação e satisfação dos objectivos arquivísticos, contribuiu para debilitar ou arrasar todo o esforço que vinha sendo desenvolvido tendente à salvaguarda do riquíssimo património arquivístico nacional.

A B.A.D. sempre manifestou a sua oposição a esta contínua dissolução da cultura arquivística, pautando-se pela valorização dos profissionais, seus associados, e não deixando de intervir no sentido de alterar esta conjuntura.

Neste sentido, a Associação reitera a sua disponibilidade para encarar favoravelmente as medidas tendentes a revitalizar este sector. Estas medidas deverão ter em consideração:

1 - A política arquivística nacional deve ser encarada no âmbito de uma Política Nacional de Informação e constituir parte integrante de uma visão estratégica capaz de impulsionar o desenvolvimento integrado do país.

2 - A definição e implementação da Política Arquivística Nacional implica a existência de uma direcção única que abranja todo o território nacional.

Esta direcção nacional será a responsável pela gestão, em regime de coordenação e colaboração, de uma Rede Nacional de Arquivos que englobe todas as categorias de arquivos, de forma a assegurar as condições de conservação e difusão do património arquivístico nacional.

3 - A legislação em matéria de arquivos deve ser consistente e permanentemente actualizada. Esta opção implica um esforço de coordenação de todos os sistemas produtores de documentação, de forma a contemplar todo o ciclo de vida dos documentos, desde a sua concepção até ao seu destino final.

4 - As instituições públicas e particulares devem ser encorajadas a manter a organização dos seus arquivos, implementando políticas normalizadas de tratamento documental, conducentes a possibilitar o acesso aos documentos e contribuir para a salvaguarda dos seus acervos.

5 - A profissionalização dos arquivos constitui elemento fundamental na gestão eficaz de um Sistema Nacional de Arquivos. A complexidade e especificidade das tarefas a realizar, necessitam do envolvimento permanente dos profissionais de arquivo, colectiva e individualmente, os quais devem desempenhar um papel relevante no desenvolvimento e implementação da Política Nacional de Arquivos.

6 - A valorização social e material das carreiras da área BAD representaria um sinal muito positivo, de acordo com as expectativas existentes, no sentido de comprometer estes profissionais nas complexas tarefas que lhes serão exigidas.

7 - A formação profissional, quer a inicial quer a contínua, deve ser uma das condições prévias para uma eficaz gestão dos recursos humanos existentes. Providenciar para esta formação é contribuir para a existência de profissionais competentes e em número suficiente, para poderem responder às exigências dos Serviços.

8 - O incentivo à investigação nas áreas BAD, em coordenação com as Universidades, permite um constante desenvolvimento de metodologias destas disciplinas e aumentará a necessária atenção às alterações tecnológicas que afectam a produção dos documentos.

9 - A cooperação institucional entre uma Direcção Nacional, responsável pela política arquivística, e a Associação profissional BAD cria condições para um maior empenhamento dos profissionais e acresce valor indispensável ao êxito da política arquivística que vier a ser definida.

10 - A existência de um Conselho Nacional de Arquivos, dotado de meios e eficácia, no qual esteja representado a BAD, pode constituir um verdadeiro fórum mobilizador de energias para o sucesso da concretização de uma efectiva política nacional de arquivos.

Lisboa, 18 de Janeiro de 1996
O Conselho Directivo Nacional